

### PLDO

# GDF prevê Orçamento de R\$ 53 bilhões para 2023

Executivo local envia Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias à Câmara Legislativa hoje. Texto inclui nomeações de 8,3 mil servidores, abertura de 6,2 mil vagas em concurso público e R\$ 19,2 bilhões em repasses do Fundo Constitucional do Distrito Federal

» ANA ISABEL MANSUR  
» ANA MARIA CAMPOS

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023 (PLDO) será enviado hoje à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) pelo Executivo local. O texto estima uma receita de R\$ 53 bilhões para o próximo ano, composta por R\$ 33,8 bilhões de origem local e R\$ 19,2 bilhões do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), repassado pela União. O total supera as quantias aprovadas pela Casa nos dois últimos exercícios: no ano passado, o montante ficou em R\$ 28,9 bilhões — 7,49% a mais do que em 2021 (R\$ 26,9 bilhões).

A expectativa do Governo do Distrito Federal é arrecadar R\$ 21,4 bilhões, investir R\$ 1,5 bilhão em obras e aplicar R\$ 12,3 bilhões na manutenção da máquina pública. Os recursos do FCDF se destinam às áreas da segurança pública, da saúde e da educação. Além disso, há previsão orçamentária de R\$ 1 bilhão para contratação de 8,3 mil servidores e abertura de 6,2 mil vagas em concurso.

O PLDO reserva, ainda, R\$ 2,3 bilhões para reestruturação de carreiras e concessão de reajustes ao funcionalismo público. “Podemos fazer essas previsões porque estamos com as finanças ajustadíssimas”, destacou o governador Ibaneis Rocha (MDB) ao **Correio**. Entre as secretarias que devem contar com novos servidores estão Saúde, Educação e Economia.

Na pasta de Saúde, há R\$ 329,64 milhões para preenchimento de 5,4 mil vagas; na educação, serão R\$ 258,51 milhões, com provimento de 5,3 mil cargos. Apesar dos planos, os valores compreendidos no projeto não são conclusivos. “Estamos incluindo esses gastos na peça orçamentária de 2023, mas o comportamento da economia e a arrecadação no período é que vão definir quais ações serão efetivadas no próximo ano”, comentou o secretário de Economia, Itamar Feitosa.

### Parlamentares

Uma vez lido em plenário na Câmara Legislativa, o PLDO deve ser votado até o fim de junho, antes do recesso parlamentar. Depois de sancionada, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) se torna uma norma autorizativa. Assim, o DF não terá, necessariamente, de cumprir todas as despesas previstas no texto. “Vamos tratar a LDO de maneira técnica. Não se pode fazer nada que não esteja nela, mas também não há obrigação de fazer o que está nela”, afirmou o deputado distrital Agaciel Maia (PL), presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da CLDF. “Esse é um regulamento, um validamento do que será a LOA (Lei Orçamentária Anual), elaborada no segundo semestre e que precisa ser aprovada pela câmara até 15 de dezembro.”

Apesar do otimismo em relação ao total de recursos disponíveis, o montante condiz com o cenário econômico atual do DF, segundo Agaciel Maia. “É normal que o governo não crie



**Estamos incluindo esses gastos na peça orçamentária de 2023, mas o comportamento da economia e a arrecadação no período é que vão definir quais ações serão efetivadas no próximo ano”**

**Itamar Feitosa,**  
secretário de Economia do DF

expectativas e mantenha os pés no chão. Ele fixa as despesas, mas a receita é estimada. Normalmente, a previsão é de 10% a 20% menor do que realmente haverá, até por segurança orçamentária e jurídica. É melhor apresentar, em 2023, projetos de créditos com excesso de receita do que ter dificuldades para justificar um decreto”, completa o distrital.

As quantias elevadas, contudo, chamaram a atenção da oposição. Chico Vigilante (PT) defendeu os investimentos detalhados, mas questionou a previsão de valores mais altos. “A LDO é uma peça de ficção, porque o Orçamento depende da arrecadação. Espero que o governo tenha feito estimativas corretas, para que (a lei) não se torne uma peça fantasma. As áreas do DF de maior carência, mais do que nunca, são saúde, segurança, educação e infraestrutura, pois as regiões administrativas precisam de manutenção”, cobrou o parlamentar.

### Previsão

Em 2023, governo local deve nomear **8.384 servidores** e autorizar a abertura de **6.242 vagas** em concursos públicos, no Executivo e no Legislativo

#### NOMEAÇÕES

##### Secretaria de Educação: **5.391**

**3,1 mil** professores da educação básica (40h)  
**150** pedagogos orientadores educacionais (40h)  
**258** analistas de gestão educacional  
**1.383** monitores de gestão educacional  
**400** técnicos de gestão educacional

##### Secretaria de Saúde: **1.019**

**602** agentes de vigilância ambiental em saúde  
**417** agentes comunitários de saúde

##### Secretaria de Administração Penitenciária: **400**

**400** policiais penais

##### Secretaria de Justiça e Cidadania: **210**

**76** agentes socioeducativos  
**56** especialistas em assistência social  
**36** técnicos em assistência social  
**26** técnicos socioeducativos  
**16** especialistas socioeducativos

##### Secretaria de Desenvolvimento Social: **170**

**90** especialistas em assistência social  
**80** técnicos em assistência social

##### Procuradoria-Geral do Distrito Federal: **165**

**65** procuradores do Distrito Federal  
**57** analistas jurídicos  
**43** técnicos jurídicos

##### Secretaria da Mulher: **66**

**40** especialistas em assistência social  
**26** técnicos em assistência social

##### Controladoria-Geral do Distrito Federal

**43** auditores de controle interno

**511** Secretaria de Economia  
**100** Câmara Legislativa do Distrito Federal  
**95** Fundação Hemocentro de Brasília  
**80** Defensoria Pública do Distrito Federal  
**50** Tribunal de Contas do Distrito Federal  
**49** Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal  
**25** Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal  
**10** Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal

Fonte: Secretaria de Economia do Distrito Federal

#### AUTORIZAÇÕES

##### Secretaria de Saúde: **4.424**

**1,2 mil** técnicos em enfermagem (20h)  
**800** médicos (20h)  
**600** enfermeiros (20h)  
**500** especialistas em saúde  
**300** analistas em gestão e assistência pública à saúde (20h)  
**300** assistentes em gestão e assistência pública à saúde (20h)  
**250** médicos (40h)  
**200** enfermeiros (40h)  
**150** cirurgiões-dentistas  
**74** auditores fiscais de atividades urbanas  
**50** técnicos em gestão e assistência pública à saúde

##### Universidade do Distrito Federal: **350**

**250** professores de educação superior (40h)  
**100** tutores de educação superior (40h)

##### Polícia Civil: **260**

**60** gestores de apoio às atividades policiais civis  
**200** analistas de apoio às atividades policiais civis

##### Departamento de Trânsito: **208**

**85** agentes de trânsito  
**34** analistas de trânsito  
**89** técnicos de trânsito

**461** Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal  
**224** Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural  
**96** Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal  
**69** Instituto de Defesa do Consumidor  
**65** Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal  
**35** Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal  
**30** Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística  
**10** Secretaria de Transporte e Mobilidade  
**10** Secretaria do Meio Ambiente



Pacifico/CB/D.A Press

## Auxílio reajustado para servidores

A partir de julho, servidores do Governo do Distrito Federal passarão a contar com auxílio-alimentação de R\$ 640. Atualmente, o valor do benefício é de R\$ 394,50. O decreto que prevê a correção de 62,23% foi publicado no *Diário Oficial* (DODF), ontem. Ao anunciar a medida, pelas mídias sociais, o governador Ibaneis Rocha (MDB) afirmou que a decisão se dá em razão da subida de preços na capital do país (**leia mais na página 14**). “O reajuste é para repor as perdas inflacionárias (acumuladas) desde 2014”, escreveu o chefe do Executivo local. A atualização considera as variações verificadas desde 1º de maio daquele ano — data do último aumento — até 30 de abril de 2022.

A previsão é de que a mudança injete R\$ 164 milhões na economia do Distrito Federal neste ano. Para os próximos, segundo a Secretaria de Economia, o impacto será de

Comparativo		
Auxílio-alimentação aos servidores de demais Poderes e órgãos públicos		
Câmara Legislativa do Distrito Federal	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	Tribunal de Contas do Distrito Federal
<b>R\$ 1.532,63</b>	<b>R\$ 910,08</b>	<b>R\$ 1.598,55</b>

R\$ 282,8 milhões. O aumento contemplará 101.476 servidores ativos da administração direta do DF que inclui — além de Governadoria, Vice-Governadoria e chefia de gabinete do Palácio do Buriti — as casas Civil e Militar; secretarias de Estado; administrações regionais; Procuradoria-Geral e Controladoria-Geral do DF; Corpo de Bombeiros Militar; polícias Militar e Civil; Jardim Botânico; e Arquivo Público.

Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Tribunal de Contas do Distrito Federal (Sindireta), Ibrahim Yusef afirma que a correção era esperada desde o início da gestão Ibaneis Rocha. No entanto, a quantia ficou aquém do desejado pela categoria. “O anunciado hoje está muito abaixo do que defendemos e bem distante da realidade

do que se gasta com alimentação no DF. A vontade da entidade é de que o valor seja reajustado anualmente, para recompor a inflação”, defende o gestor.

Para Thiago Sorrentino, professor de direito do Estado no Ibmec Brasília, o aumento no tiquete é mais vantajoso do que correções diretamente na folha de pagamento. “Sobre esse tipo de benefício, em muitos casos, não há incidência do Imposto de Renda nem de contribuição previdenciária.” Quanto à revisão do valor em ano de eleições, o professor explica que a medida seguiu o definido pela Lei Eleitoral. “Ajustes podem ocorrer, de acordo com a legislação, estritamente para recompor a perda do poder aquisitivo e recompor a correção inflacionária, até 180 dias antes do pleito. Esse prazo se estende até a posse”, completa Thiago. (AIM)